

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO 7ª GESTÂO

Data da Reunião: 27 de abril de 2021

5

Local: Realizada através de videoconferência no aplicativo "Microsoft Teams"

Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano 2021, às 14h, através de videoconferência no aplicativo "Microsoft Teams", 10 reuniram-se online para a 12ª Reunião Ordinária da Comissão Executiva do Conselho Municipal de Habitação - 7ª Gestão, conforme lista de presença, os membros (as): Conselheiros (as) presentes: Alcides Fagotti Junior (SEHAB), Maria de Fátima dos Santos (Associação dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste), Marisete Aparecida de Souza (Fórum dos Mutirões de São Paulo), Álvaro Augusto Andrade Vasconcellos (APEOP - Associação Paulista de Empresários e Obras Públicas), Maria Esther de Sousa (União dos Moradores das Vilas Antonio dos Santos, União e 15 Adjacências-UMVASA) e Samira Rodrigues de Araújo Batista (IAB-SP - Instituto de Arquitetura do Brasil -Departamento de São Paulo). Conselheiros (as) ausentes: Orlando Lindório de Faria (SEHAB), Alexandro Peixe Campos (COHAB), Tereza Lara (Associação Estrela Guia dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste), Jomarina Abreu Pires da Fonseca (MSTC - Associação Movimento Sem Teto do Centro), Monica Fátima Ziliani (Associação dos Trabalhadores sem Teto da Zona Oeste), Denise Antonucci (Universidade Presbiteriana Mackenzie), Maria de Lourdes 20 Zuquim (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - FAU-SP), Erich Aby Zayan Feldberg (SINDUSCON-SP Sindicato da Indústria da Construção Civil de Grandes Estruturas no Estado de São Paulo), Alexandre Marques Tirelli (SCIESP - Sindicato dos Corretores de Imóveis no Estado de São Paulo), Presentes os (as) senhores (as): Ana Maria Maluf Moussalli (SECMH/SEHAB), Bruna Gadelha (SEHAB), Cristina Pimenta Nunes (COHAB), Irene Suguiyama (SEHAB), Maria Helena Ferreira (SECMH/SEHAB), Nilson Edson Leonidas (COHAB), Sílvia Araújo 25 (COHAB), Sérgio Oliveira (COHAB), Walter Zerbinatti Junior (COHAB), Dulce Helena dos Passos Santana (Taquígrafa). Pauta da Reunião: 1. Aprovação da Ata da 11ª Reunião Ordinária da Comissão Executiva do CMH de 23/02/2021 ; 2. Solicitação de Voto CECMH nº 28/21- Aprovação da Prestação de Contas do FMH do 2º Semestre de 2020- Apresentação pelas Equipes SEHAB/COHAB-SP (Minuta de Resolução e da apresentação da COHAB-SP em anexo); 3. Apresentação do Detalhamento do Cálculo da Remuneração da COHAB-SP nas Prestações de Contas do FMH 30 do 2º Semestre de 2020 a ser feita pela Diretoria Financeira da COHAB-SP, nos termos da Resolução CFMH nº23 e Resolução CMH nº20 (cópia da apresentação em anexo); 4. Outros Assuntos. Abertura. O Secretário Alcides Fagotti Junior agradeceu a presença de todos. Constatado quórum da sessão deu-se início aos trabalhos. Sra. Ana Maria faz a leitura da Pauta da reunião. Item 1 - Aprovação da ata da 11ª Reunião Ordinária da Comissão Executiva de 23 de fevereiro de 2021. a Ata foi aprovada por unanimidade. Item 2 - Sra. Ana Maria: O próximo ponto da Pauta, é a 35 Resolução que trata da prestação de contas do FMH relativo ao segundo semestre de 2020, cujo relatório elaborado pela Divisão de Administração de Finanças da SEHAB, feito pela Irene Alice Alves Suguiyama, que está presente nesta reunião. Passo a palavra para a Irene para tecer os comentários a respeito. Sra. Irene: Boa tarde a todos, para quem não me conhece meu nome é Irene, trabalho aqui no setor da Contabilidade da SEHAB, e sou responsável pela elaboração do Parecer Técnico sobre a utilização dos recursos do FMH. Este trabalho, de acordo com a Resolução nº 30 do CMH. Antes 40 que a SEHAB coloque a prestação de contas para apreciação do Egrégio Conselho, é necessário que a SEHAB faça um Parecer Técnico prévio para que essas contas sejam colocadas para votação no colegiado. Este trabalho foi feito por mim, foi anexado no processo Sei específico da prestação de contas, e também enviado cópia por e-mail para Secretaria Executiva do Conselho. Foram produzidas cópias para todos Conselheiros para acompanhar junto com esta reunião. Normalmente só faço esta introdução, porque quem vai prestar contas realmente dos recursos do FMH é a equipe da 45 COHAB. Então passo a palavra à equipe da COHAB para fazer a apresentação da prestação de contas. A Cristina e o Sérgio da COHAB-SP é que vão fazer a apresentação. Sra. Cristina: Boa tarde, sou Cristina Pimenta, sou Superintendente Financeira da COHAB-SP. Sr. Sérgio: Boa tarde a todos, meu nome é Sérgio, sou Gerente de Administração Financeira da Diretoria Financeira da COHAB-SP. Vamos falar agora então da prestação de contas do segundo semestre de 2020, de julho a dezembro. Sra. Cristina: Gostaria de registrar que o nosso Diretor Financeiro, Sr. 50 Ivan Budinski não está presente nesta sessão pois hoje, como nós temos reunião do Conselho Fiscal da COHAB também, e é no mesmo horário, nós dividimos a equipe. Eu, o Sérgio e Walter vamos participar aqui da reunião do CMH. E ele e o Daniel, que é o Gerente de Contabilidade vão participar da Reunião do Conselho Fiscal, por isso que ele não está presente. Sr. Sérgio: Então nós temos aqui o fluxo de caixa consolidado do exercício de 2020. É o resultado tanto do primeiro semestre, como do segundo. Com saldo inicial do primeiro semestre de 23 milhões 232 mil, um total de entrada de 21 55 milhões 721 mil, total de saída 11 milhões 245 mil, total de bloqueados 1 milhão 729 mil. O resultado do primeiro semestre foi 32 milhões e 7 mil. Para o segundo semestre iniciamos com saldo inicial de 33 milhões 737 mil, um total de entrada de 14 milhões 277 mil, o total de saída é de 23 milhões 931, total de bloqueados 1 milhão 640, resultando 22 milhões 333 como saldo no fluxo de caixa do segundo semestre. Próximo slide, por favor. Aqui temos as planilhas dos

ingressos, as entradas de recursos do fluxo de caixa, tanto para o primeiro semestre, segundo semestre e fluxo total. Podemos ver os ingressos, a primeira linha são recebimentos de unidades comercializadas, são as entradas de financiamento, que no primeiro semestre foi de 252 mil. Recebimentos de unidades permissionadas, que são os TPU's locação social e permissão de uso, 558 mil. As amortizações extraordinárias parciais ou totais da carteira mista e carteira 5 CMH de 1 milhão 877 mil. Indenização por sinistro, seguradoras, depósito, 84 mil. Recebimento de prestações, contratos, alienações de 6 milhões e 16 mil, recebimentos de outorga onerosa e outros recursos, isso totalizou no primeiro semestre 11 milhões 932 mil e retenções, tributos, resgastes, compras e entradas, que são os impostos retidos de 512 mil reais. As receitas financeiras, aplicações, rendimentos, totalizaram 485 mil no primeiro semestre, dando um total de 21 milhões 721 no primeiro semestre. Para o segundo semestre, obtivemos para recebimento das unidades comercializadas 122 mil, para 10 as permissionadas 577 mil, amortizações foram de 1 milhão 711, as indenizações de seguradoras 111 mil, as prestações forâm de 6 milhões 318 mil. Os recebimentos de outorga foram de 2 milhões 573 mil, as retenções de tributos 2 milhões 558 mil. E para as receitas, os rendimentos sobre habitações, 293 mil. Totalizou-se no semestre 14 milhões 267 mil. Portanto, somado o primeiro semestre e segundo semestre, ficaram os totais em cada linha de 375 mil para recebidos/comercializados, para recebimentos de permissionados 1 milhão 136, as amortizações parciais e totais 3 milhões 15 589, as indenizações de seguradoras foram 195 mil, as prestações foram de 12 milhões 334 mil, os recebimentos de outorga e outros recebimentos 14 milhões 506 mil, as retenções de tributos de 3 milhões e 70 mil e os rendimentos sobre questão financeira 779, total de 35 milhões 978 de ingressos para o exercício de 2020. Próximo slide, por favor. Aqui nós temos os desembolsos, as saídas dos recursos. Então, na primeira linha, obras e projetos, tendo vinculado as fontes 00 02 08, primeiro semestre 246 mil, aquisição de material de locação social, 6.597, consumo de água de locação 77.366, 20 consumo de luz 44.269, consumo de gás R\$149,00, prestadores de serviços R\$59.000,00. E gastos com luz, água, cartório, depósitos, custos dos prestadores de serviços do próprio FMH de 377. As remunerações para o agente operador aporte São Paulo, mediante resolução CMH nº20 do exercício de 2018, para ser pago do primeiro semestre, foi zero. Do exercício de 2019 foram pagas 944 mil, e para exercício de 2020, 5 milhões 515. Temos descontos de 91 mil, subsídios de 332, despesas com vigilância e seguranca 1 milhão 598 mil. Os tributos, os impostos sendo pagos, 687 mil, despesas bancárias, 25 que são as cobranças junto ao banço, 249 mil e outras despesas, que é o seguro habitacional, regularização de 1 milhão e quinze. Totalizou no primeiro semestre 11 milhões 245 mil. Para o segundo semestre, em obras foram 556 mil, a questão de material 24 mil, consumo de água 32, luz 66, gás 165, prestadores de serviço 78, despesas com luz, água, cartório 527 mil. E no segundo semestre as remunerações de 2018 obtiveram o valor de 6 milhões 426 mil, para o exercício de 2019, que foi 6 milhões 227, do exercício de 2020 4 milhões 761 mil. Descontos foram 65 mil, o subsídio 319, gastos com 30 vigilância 1 milhão 343, tributos diversos 965 mil, as despesas bancárias em torno de 271 mil, outras despesas 2 milhões 164. Isso totalizou 23 milhões 931. Esses totais, tanto do primeiro semestre como segundo totalizaram em obras 802 mil, a questão do material 31 mil, consumo de água 110, consumo de luz também 110, consumo de gás 315 reais, prestadores de serviço 138 mil, as despesas foram 904 mil, total de remuneração do exercício 2018 para 2020 foi 6 milhões 426 mil. Do exercício de 2019 7 milhões 272 mil, do exercício de 2020 10 milhões 236 mil, desconto de 156 mil, subsídio de 651 mil, 35 para vigilância e segurança 2 milhões 941 mil, tributos diversos 1 milhão 652. As despesas bancárias de 521 mil e outras despesas de seguro e regularização da COHAB de 3 milhões 179, totalizando 35 milhões 177 mil reais. Próximo slide, por favor. Sra. Cristina: Sérgio, só um minutinho, volta um pouco no slide de desembolso, por gentileza. Antes de prosseguirmos eu queria fazer algumas observações com referência aos desembolsos. Em locação social, esses valores que foram desembolsados, são os valores que estavam nas contas de condomínio e de fundo de manutenção. É importante 40 informar que não estão inclusos aqui os gastos com água que tem no Parque das Flores e do Olarias, que é um caso que vocês conhecem, vem acompanhando conosco, é crítico. O Parque do Gato, desculpa, é Parque do Gato, ele já tem um déficit de mais de 2 milhões de reais em consumo de água e o Olarias também, há consumo indevido, há desvios da água, tanto no Gato quanto no Olarias, nós já fizemos todos os trabalhos para monitorar se tinha vazamento, se tinha alguma coisa, é uma questão crítica lá, como não tem recurso nas contas de condomínio pela alta inadimplência dos imóveis e 45 pela suspensão do aluguel social em razão da pandemia, não estão sendo pagas as contas de água do Parque do Gato nem do Olarias, que inclusive tem apontamento do Tribunal que não pode utilizar recurso do FMH para pagar contas de consumo, elas têm que ser pagas com a própria arrecadação do condomínio e do aluguel dos beneficiários. A outra questão é aquele imóvel do FMH que está invadido também, que é o da Celso Garcia, Edifício Santo André, lá também é um débito de mais de 400 mil reais de água, é um prédio que está invadido, com ação judicial da COHAB de reintegração 50 de posse, não estamos utilizando recurso do FMH para pagar essas contas, até porque é injusto com os outros beneficiários do fundo, com as outras pessoas que tanto esperam habitação, tanto esperam a regularização fundiária, nós ficarmos pagando esses consumos indevidos. Sra. Samira: Só voltando rapidinho na planilha de desembolso, por favor, eu só queria tomar que já falamos algumas vezes e eu não lembro como que ficou. Tem essa questão de o FMH ser consumido praticamente todo o recurso com o pagamento da operadora, que é a COHAB, e que já tínhamos conversado 55 de fazer um estudo sobre esses pagamentos para rever, até acho que tem que se pensar estruturalmente o FMH, se ele acaba sendo só para gerir, pagar a COHAB, repensar essa estrutura. Como está isso, isso andou, tem a previsão de fazer esse estudo ou não? Outra coisa é referente às obras, se puder voltar lá, se o Nilson podia só fazer uma explicação rápida do que foi feito esse ano com esse recurso, que acredito que foi baixo, então acredito que devem ter sido manutenções pequenas. E outra dúvida que fiquei referente à fala da Cristina, que falou que o FMH não pode pagar contas dos 60 conjuntos, mas já fizemos aqui um pagamento, aprovamos uma dívida grande do Parque do Gato, de acho que mais de 1 milhão. Não foi? Também só para colocar que isso já aconteceu, sei lá se é proibido, mas que eu já vi passar aqui nessa nossa gestão do CMH, então só para esclarecer um pouco esses pontos antes de avançarmos. Sra. Cristina: Então esclarecendo, com referência à remuneração, o que nós fizemos é pauta inclusive após a prestação de contas o detalhamento da remuneração para que vocês enquanto Conselho possam se organizar e rever a resolução de 65 remunerações do CMH, porque seguimos a resolução, inclusive no detalhamento nós temos sobre o que está incidindo. Talvez o ponto de maior atenção para vocês nesse estudo seja a questão da fase administração, que é o que pesa mais, precisa que vocês revejam as regras que existem hoje. Acredito que o que ficou acertado é que vocês fariam um grupo de trabalho, porque para nós, enquanto COHAB, eu estaria renunciando receita. Nós calculamos a remuneração seguindo a

resolução, que foi editada pelo Conselho, eu não posso deixar de seguir a resolução enquanto não tiver outra que a substitua, eu COHAB. Então, os estudos que trazemos na prestação de contas semestral, esse detalhamento que trazemos, é para subsidiar vocês nesse estudo para rever a resolução, se assim o Conselho entender. Com referência às obras, vamos falar de novo sobre isso na apresentação do acompanhamento da despesa, aí eu dou a palavra para o Nilson e ele pode 5 repetir o que foi dito quando ele apresentou o plano de aplicação de 2020. O de 2021, em linhas gerais, o que aconteceu em 2020, mas aí passo a palavra para ele de novo, para ele poder esclarecer. Com referência ao pagamento das contas de consumo, de fato foi aprovada, já teve resolução do Conselho que aprovou, na verdade se olharmos desde quando o programa foi criado, isso tem determinação do Tribunal de Contas, de que é uma infringência da própria resolução e que isso fere o princípio constitucional da isonomia. Então ficou acima da decisão do Conselho. É complicado também levar 10 voto para pagamento de contas quando nós sabemos que o fundo está deficitário, ele precisa de recursos, ele não recebe recursos do Município há um bom tempo, está tendendo a zero e é difícil você falar de pagamento de conta de consumo quando é um fundo formado para investimento em habitação, ele foi criado para vincular o recurso público à investimento em habitação e despesa de consumo não é investimento. Então há um grupo de trabalho, na SEHAB inclusive, de revisão do programa de locação social, tem pessoas tanto da COHAB, quanto da SEHAB, parceria com SMAD, com outras 15 Secretarias, para tentar melhorar esse programa, ainda está longe do ponto ideal, ele é um programa que eu falo que no momento em que ele foi criado lá atrás, ele foi muito bem concebido, mas hoje ele não funciona com as regras de antigamente, precisa melhorar. Então, a COHAB, a Diretoria Técnica, que é quem promove esse monitoramento, nós não recomendamos, o financeiro pelo menos não recomenda que a técnica leve para aprovação do Conselho, para responsabilidade do Conselho, a autorização para o pagamento dessas contas, porque é prejuízo do investimento 20 habitacional. Então é uma questão assim, o locação social é uma coisa que precisa com urgência, Secretário, ser revisto, precisa retomar esse grupo da SEHAB com mais fôlego, com mais determinação no sentido de torná-lo sustentável, porque hoje ele está insustentável. O único caso de sucesso é o Vila dos Idosos, que os velhinhos nunca deixam de pagar, apesar da pandemia, apesar das dificuldades. Agora, até mesmo que o recém-lançado Mário de Andrade já tem casos de inadimplência e já tem casos graves de abandono mesmo do imóvel, o Nilson depois quando estiver falando de obras pode 25 falar um pouco mais desse assunto. Espero ter esclarecido suas dúvidas, Samira. Sra. Samira: Por isso até coloquei só essa questão do pagamento, só para lembrar se era o mesmo caso mesmo, só para esclarecer. Nem acho que seja uma proposta ficar usando recurso do FMH para sanar esse tipo de dívida. Sr. Sérgio: Isso, vamos falar da arrecadação. Então o próximo slide, por gentileza. Aqui nós temos a consolidação de janeiro a dezembro de 2020 da arrecadação dos investimentos do próprio fundo, do PSH e de locação. Em janeiro tivemos 1 milhão 737, em fevereiro 1 milhão 332 mil, 30 em março 1 milhão 433, em abril 1 milhão 205, em maio 1 milhão 303, em junho 1 milhão 319, então o semestre fechou com 1 milhão 331 mil. Para o segundo semestre, em julho, tivemos 1 milhão 403 mil, em agosto 1 milhão 277 mil, em setembro 1 milhão 339 mil, em outubro 1 milhão 702, em novembro 1 milhão 352 mil e em dezembro 1 milhão 307, totalizando no semestre 8 milhões 381 mil. Somados primeiro semestre mais o segundo semestre, totalizou 16 milhões 702 mil a arrecadação dos empreendimentos do fundo e que são geridos pelo fundo. Acho que o financeiro da DAFIN fez 35 sua participação na reunião, estamos aqui disponíveis também para qualquer pergunta, qualquer questionamento, podem também ajudar, esclarecer qualquer dúvida. Sra. Esther: Uma dúvida em relação a essa parte de... é no anterior. Sr. Sérgio: Da despesa? Sra. Esther: Isso, nos desembolsos. Naquela linha vigilância e segurança em conjunto habitacional, essa vigilância são dos edifícios e terrenos, né? Mas essa vigilância está estendida em todos os terrenos da COHAB? Porque minha dúvida é o seguinte, tem terrenos da COHAB que eu conheço que não têm vigilância nenhuma. Então como 40 é feita essa avaliação, quais são esses condomínios, esses conjuntos, esses terrenos que está sendo feita essa prestação de serviços de vigilância e segurança? Tem uma tabela, tem como ter acesso a essas informações, como funciona? Quais estão próximas a serem entregues, como funciona essa vigilância? Sr. Nilson: É o seguinte, a vigilância é feita em terrenos da COHAB e da FMH, o caso aqui é FMH. Então nós temos uma empresa de vigilância contratada, ela não tem postos fixos em todos os terrenos, que também não temos dinheiro para isso. Então o que acontece, são feitas rondas de 45 motocicleta que tem um percurso que passa todas as áreas da COHAB todo dia. Você vai ver um vigilante lá? Não. Mas passa um rapaz de moto lá e dá uma olhada no terreno, vê o que está acontecendo e qualquer coisa ele relata à segurança, ele quem encaminha isso para segurança e polícia. Existem alguns lugares que têm postos fixos, é um contrato público, a contratada é a empresa Gocil, que tem uma relação dos empreendimentos que estão lá, por exemplo, os Locação Social têm postos fixos, com exceção do Gato, o Gato é aquele que realmente não tem posto fixo de segurança, e alguns terrenos 50 que temos mais riscos aí. É assim que funciona a segurança. Sra. Esther: Entendi. É por conta de que inclusive já teve até invasões em terrenos de COHAB por conta de não ter essa vigilância. Sr. Nilson: Não é isso. Teve invasões de terreno com vigilância no terreno. A vigilância minimiza, mas não evita que tenha uma invasão. Então é isso. Agora, cabem algumas ações da polícia ir lá e retirar, o que tem uma orientação, vou dizer assim genericamente, é que a polícia não quis retirar algumas pessoas, nós tivemos que entrar com reintegração de posse. Isso é um fato. Sra. Esther: 55 do valor despendido para isso, não é um valor insignificante. Sr. Nilson: Não, não é insignificante, a segurança, um posto fixo custa vinte e cinco mil reais por vigilante, só para vocês terem ideia. Sra. Esther: É muito, muito alto. Sr. Nilson: É o preço do mercado. Sra. Esther: É, mas é verdade. Fazer os estudos do custo e benefício. Do serviço prestado também, não sei como pode se melhorar isso, eu não sei realmente, mas é que realmente de olhar, de estar em campo averiguando, a pessoa ficar andando de vez em quando... Sr. Nilson: Ela passa todo dia, ela passa todo dia em todos os terrenos. O 60 percurso todo dia. O que acontece, quando tem alguma ocorrência lá, é acenada a segurança pontual, Guarda Civil Metropolitana que vai atuar na região. Já houve vários casos que tiraram pessoas, houve alguns que foram invadidos de uma maneira com 70 pessoas, 80, aí fica difícil também um vigilante ou dois segurarem. Mas houve ações nesse sentido que foram todas bem sucedidas. Sra. Esther: Entendi, é porque na verdade eu achei que fosse realmente aquela fixa, sabe? Sr. Nilson: Não, fixa só em alguns pontos, só alguns pontos. Sra. Cristina: Bom, vamos falar agora da execução 65 da despesa, acompanhamento da despesa. Retomamos aquele quadro que estamos acostumados a tratar com vocês. O orçamento aprovado do FMH para 2020 foi de R\$ 96.807.234,00. Foi um dos maiores orçamentos que nós já tivemos para o FMH, onde R\$51.418.194,00 eram de fontes 00, fonte do tesouro, e R\$45.389.040,00 de fonte própria do fundo. Isso dividido em obrigações tributárias R\$1.346.492,00, sentenças judiciais 1 milhão. Remunerações da COHAB do exercício,

R\$10.819.200,00. Serviços de terceiros, que são os contratos contínuos, contratos de projetos, alguns contratos com empresas terceirizadas R\$1.394.742,00. Manutenção de unidades habitacionais R\$4.000.000,00. Construção de unidades habitacionais R\$33.502.000,00. Regularização fundiária R\$41.452.000,00. Requalificações e reformas R\$1.001.000,00. Projetos e custas judiciais, são aqueles projetos ligados à construção de unidades, R\$290.000,00 e locação social 2 5 milhões e 1. Esses R\$96.800.000,00 inicialmente aprovados, atualizados fechou o ano em 87 milhões 477 mil. Essa redução de 9 milhões e 339, foi uma redução que a Secretaria da Fazenda fez em razão do enfrentamento da pandemia. Em todas as empresas, em todas as unidades que tinham recursos de fonte 00, a Prefeitura redirecionou o recurso para a Secretaria de Saúde e de Assistência Social para o enfrentamento da pandemia. A COHAB contribuiu com uma redução de 30 milhões, para reduzir o impacto no FMH de 9 milhões e 300. Mas essa redução de fonte 00 que teve não impactou 10 na execução orçamentária, porque a nossa expectativa de execução de obras foi bem aquém do que tínhamos planejado para o exercício. Permaneceram congelados nesse exercício 30 milhões 171, que é aquela explicação que sempre fazemos com vocês, que uma coisa é o orçamento aprovado, outra coisa é a disponibilidade financeira para lastrear o orçamento. Então em termos de disponibilidade financeira, entre fonte própria do FMH e fonte do Tesouro, o Sérgio apresentou no slide anterior das disponibilidades financeiras, que o FMH fechou com 24 milhões, ele teve uma movimentação, começou 15 com 21, depois aumentou para 33, então esse dinheiro que vai entrando e saindo é que nós conseguimos liberar recurso para executar. Quando chegou no final do ano, que vimos que não havia expectativa de execução orçamentária da área de obras, não dava tempo para executar todo o recurso, utilizamos parte do recurso para levantar notação de despesas de exercícios anteriores, que são aquelas remunerações que apresentamos para vocês já há algum tempo, foi até um pedido na época da Samira, que apresentasse mais aberto, porque sempre está ficando um restinho a pagar, sempre falta alguma 20 coisa, porque entre gastar com custeio e gastar com investimento habitacional, uma regularização fundiária, uma manutenção de uma unidade, uma viabilização de um projeto, nós sempre optamos pelo investimento em detrimento do custeio, isso é até uma orientação do próprio Prefeito no decreto de execução, todo ano vem essa informação, reduza custeio e faça investimentos, porque é o que rende benefício para a população. Então, esses 12 milhões 754 que levantamos de exercícios anteriores foram utilizados para pagar aqueles saldos de remunerações que ficaram de outros 25 anos porque o orcamento é menor, o orcamento aprovado é menor do que aquilo que se apura anualmente. Então nós tivemos esses 12 milhões 754 que regularizou grande parte das remunerações, na verdade de exercícios anteriores nós regularizamos todos. Depois a Silvia vai falar com mais detalhes sobre cada uma. O valor empenhado, no segundo semestre nós empenhamos 30 milhões 729, que é aquilo que vocês observam todo ano também, tudo acontece no segundo semestre, porque no primeiro semestre está tudo congelado, tem aquele período de análise que a Secretaria da Fazenda faz 30 sobre as prioridades, a Secretaria de Governo agora, que tem a Secretaria Especial, a Secretaria Executiva, que cuida do que é planejamento, do que é programa de metas, então eles sempre só liberam o que é prioridade, é o que está contratado e o que está no programa de metas e depois o resto. Então, no segundo semestre tivemos uma liberação maior de valor de empenho, não sei se vocês recordam, na apresentação do primeiro semestre nós falamos que havia 26 milhões em licitação de obras, então aqui em regularização fundiária, que é o destaque que foi dado no relatório do SEHAB também, foram 35 empenhados 18 milhões 230 mil, que são os contratos que foram feitos no segundo semestre. Na verdade, executou-se muito pouco, mediu mais ou menos uns 3 milhões em 2020 e esses contratos estão em vigor agora para execução esse ano, estão em pleno andamento. O valor empenhado correspondeu a 56% do orçamento atualizado, o valor liquidado no segundo semestre foram 20 milhões 458, dos 27.447 do ano, e o valor pago, 20 milhões 694 dos 27.447 milhões do ano. Isso correspondeu em execução a 31% do orçamento que foi liberado, do orçamento atualizado, que são os 87 milhões. 40 Com referência à despesa vocês têm alguma pergunta? Sra. Fátima: Essa regularização fundiária. Quais foram as áreas que foram regularizadas? Sra. Cristina: Nilson, você poderia repassar um pouco do plano de investimento de 2020, aproveitando também para esclarecer a informação que a Samira tinha pedido das obras. Sr. Nilson: Vamos lá, só para lembrar a vocês, quando apresentamos o plano de investimento de 2021, teve uma série de empreendimentos listados lá, só relembrando que existe uma verba para executar isso aí de 4 mil reais. Contra uma contratação de mais de 30 milhões 45 de reais que nós temos para suportar. O que aconteceu, nós fizemos uma execução orçamentária que foi 3 milhões e meio porque no ano de 2019 nós lançamos as licitações no finalzinho do ano e por andamentos da licitação isso só veio a vigorar basicamente a partir de setembro. Então, demos ordem de início em novembro, em outubro, até quase em dezembro teve alguma coisa começando, então a execução orçamentária foi baixa nesse sentido, e jogou-se isso para o ano de 2021. Que o orcamento de 2021 é muito aquém da necessidade que existe, e isso eu já tinha relatado no exercício 50 lá na reunião que aprovou o Plano de Recursos de 2021. Voltando ao plano de 2020, Fátima, existem alguns andamentos que foram... o que está em andamento, Vila Mara, Munck, Vila Nilo, vou dar uma lista, estou olhando isso no plano de investimento. Alguns aperfeiçoamentos na Vila dos Idosos, no Asdrúbal, Lírios de Itaim, João XXIII, são alguns empreendimentos que todos esses estão em andamento e alguns deles em andamento até acelerado. Claro que eu não tenho recurso para pagar tudo isso aí, isso é um fato. Agora, teve uma apresentação no final do ano em que teve uma 55 relação de empreendimentos regularizados, eu não tenho essa apresentação aqui agora, que foi feita reunião até para o próprio FMH, se você lembra disso. Sra. Ana Maria: Você fez essa apresentação na última reunião. Sr. Nilson: Isso, foi até na época o gerente da regularização que apresentou isso aí. Os empreendimentos agora eu não tenho de cabeça, eu não sei quais são que foram regularizados. Sra. Fátima: Então esse valor, Nilson, só para entender um pouco mais, então esse valor que vocês estão apresentando hoje foi a questão daqueles empreendimentos anteriores, é isso? Sr. Nilson: Isso, que 60 começou a executar no finalzinho do ano e disparou agora em 2021, que essa é a questão. Existe abertura para os outros demais, que eu lembro que falei para você que a necessidade que existe, qual empreendimento que está na frente? Aquele que dá para regularizar primeiro. Essa é a prioridade, a prioridade é sempre essa, não tem escolha, vou escolher A, B e C, não, a prioridade é essa. Quem eu posso regularizar primeiro é aquele que vai receber o recurso primeiro, porque é aquele que vou regularizar imediatamente, e assim sucessivamente. O Item 2 é aprovado pelos presentes na sessão. Item 3 65 Sra. Ana Maria: Então passamos para o Item 3, são remunerações pagas pelo FMH COHAB, o detalhamento do cálculo das remunerações da COHAB. É Resolução CMH nº 20, é uma Resolução de 2006, e a Resolução CFMH nº 23 de 2002. Com a palavra a Silvia. Sra. Sílvia: Bom, no ano de 2020, no finalzinho do ano, nós conseguimos pagar as pendências que tínhamos de exercícios anteriores, foi no total de R\$6.426.606,00 de 2018, e no total de 2019, o que estava pendente e

o que foi de restos a pagar, deu um total de R\$7.272.271,79. O que estava realmente pendente do FMH de 2019 eram R\$6.626.913,14, relativos à remuneração na fase de gestão. Em 2020, nós conseguimos manter praticamente todas as remunerações em dia até setembro de 2020. Setembro de 2020 nossa disponibilidade tanto orçamentária quanto financeira não foi mais possível. Mas mantivemos em dia as remunerações sobre locação social, de R\$199.503,22, a de regularização 5 fundiária, de R\$141.880,00, a de produção de R\$33.016,09 e a de comercialização de R\$14.149,74. Também conseguimos pagar uma parte da remuneração de gestão de administração, no total de R\$9.105.260,35 e a de gestão de R\$782.984,19, totalizando do pagamento das remunerações relativas ao exercício de 2020 R\$ 10.276.793,59. Ana, se você puder mudar o slide. Aqui o que temos pendente? A maioria das remunerações que estão aqui como pendentes foram regularizadas já no início de 2021, com restos a pagar, num total de R\$533.013,49 desses R\$3.661.337,53. O que ficou 10 pendente, que está aguardando liberação de recursos orçamentários e financeiros relativos a 2020? R\$3.128.324,04, que é sobre remuneração na fase de administração do FMH. Sra. Cristina: Alguém tem alguma pergunta? Acho que podemos seguir. Sra. Ana Maria: O próximo quadro é sobre inadimplência. Sra. Cristina: Quem é vai apresentar inadimplência é o Walter, que é nosso Gerente de Gestão e Recuperação de Crédito. Sr. Walter: Boa tarde a todos, meu nome é Walter, sou gerente de recuperação de crédito e apresentar para quem não estava presente anteriormente o Isac, 15 que é nosso novo superintendente de gestão de entregas também, estar dando boas-vindas a todos aqui, está bom? Vou começar os números. No primeiro semestre de 2020, contratos e compromisso de compra e venda e alienação em dia 1.710, em atraso 4.333, total de 6.043 unidades, 72%. Termos e permissão de uso, em dia 1.916, em atraso 2.918, total de 4.734, 60%. Um total geral de 3.636 contratos em dia, 7.152 em atraso, um total geral de 10.757, 66%. No segundo semestre, em dia, compromissos de compra e venda e alienação, tínhamos 1.633, em atraso 4.350, um total de 5.983, 73%. 20 Permissão de uso 1.729 em dia, 2.982 em atraso, 4.711 no total geral, 63%. Num total em dia, 3.362, em atraso 7.332, num total geral de 10.694, 69%. Visando resolver essa questão, a COHAB vem envidando os esforços, adotando as seguintes medidas, mesmo diante dessa situação de calamidade, que foi decretada pelo Governo em face da pandemia, com o fechamento da nossa central de habitação e a suspensão dos trabalhos realizados conjuntamente, que são os trabalhos que fazemos de mutirão e nos centros de conflitos, nos SEJUS, não puderam ser realizados esse ano. Efetuamos 25 reuniões individuais com algumas lideranças comunitárias e com a retomada gradual das atividades da central, que aconteceu no final do ano passado, essa é uma das prioridades que a cobrança efetiva vem fazendo na carteira, ou seja, com abertura gradual que vai ter na central, nós vamos começar a emitir mais cartas de cobrança, sempre com horário a agendar. Estamos emitimos diariamente cartas registradas ou acordo em anexo, que era o boleto, possibilitando assim a regularização dos débitos por parte dos mutuários e a diminuição da inadimplência, sem a geração de aglomerações. Os 30 mutuários que tiveram interesse em pagar o boleto regularizaram seu atraso. Colocamos também telefone de contato. Se mesmo assim achar necessário, os mutuários poderão agendar atendimento presencial na Central de Habitação através do nosso site. Sr. Walter: O que acontece, uma das nossas colegas do Conselho pediu para que eu fizesse também um quadro a partir de 90 dias de atraso para espelhar melhor a inadimplência, porque o outro é com zero dias. Qualquer dia que caia e não tenha sido feita a compensação, pode entrar com uma casa nesse quadro, então eu fico acima de 90 dias, 35 atendendo um pedido de uma das nossas colegas do grupo, então nesse quadro, compromisso de compra e venda e alienação, no primeiro semestre nós tínhamos 2.770, em atraso 3.273, um total de 6.043, 54%. Permissão de uso 2.616, 2.118 em atraso, um total de 4.734. Um total de 5.386, sendo 5.391 em atraso, 10.777 no total, 50% o atraso em 2020. No segundo semestre, 2.844 em dia, sendo compromisso de compra e venda e alienação, em atraso 3.139, 5.983 no total geral, 52%. Termos de permissão de uso, 2.692, em atraso 2.019, total de 4.711, 43%. Sendo o total geral de 5.536, em 40 atraso 5.158, total geral de 10.694, ou seja, 48% de inadimplência, ok? Essa seria a nossa demonstração do quadro da carteira, uma geral, a pedido da nossa colega nós temos esse outro quadrinho como subsídio, está bom? Sra. Cristina: É, o que pudemos observar nesse quadro com acima de 90 dias de atraso, que seria uma inadimplência efetiva, é que houve uma ligeira queda na inadimplência, bem tímida, 2%, mas uma das coisas que pudemos identificar é que com o decreto de suspensão dos pagamentos até o final do ano, que foi estendido agora até 30 de junho de 2021, e a suspensão da correção 45 monetária, da atualização monetária por pagamento em atraso, alguns mutuários aproveitaram para poder pagar sem juros aquilo que tinham em atraso, então quem estava inadimplente continuou, e quem estava entrando em inadimplência e viu a oportunidade de pagar sem juros, aproveitou para ir pagando também as suas prestações, não é isso Walter? Sr. Walter: Isso aí, você pode ver que a arrecadação, apesar da liberação, ela quase que manteve uma média. Sra. Cristina: Isso, ela continuou na média de 1 milhão e 400 por mês. **Sr. Walter:** Isso. **Sra. Cristina:** Que já a média história do FMH. 50 Sr. Walter: Justamente, Cris, é isso aí. Está bom, pessoal? O Item 3 é Aprovado pelos presentes na sessão. Item 4 -Sra. Ana Maria: Então por aqui terminamos, entramos no quarto item da pauta, que são outros assuntos. Passo a palavra ao Fagotti. Sr. Alcides: Bom, a Ana me colocou alguns dias atrás três pontos aqui que foram o objeto de ofício, Ana, é isso? Sra. Ana Maria: Isso. Foi um pedido feito pelo Nunes, subscrito por vários Conselheiros, dentre eles está aqui presente a Fátima, que subscreveu esse ofício. São três pontos de pedidos de esclarecimentos. Sr. Alcides: Bom, 55 uma questão do que está presente no ofício que tem mais a ver com COHAB, que é com relação a uma glosa que... deixa eu só resgatar aqui. É do Recanto da Felicidade, Ana? Ajuda-me a refrescar a memória. Sra. Ana Maria: É Primeiro da glosa do Mutirão Recanto da Felicidade, que é uma solicitação de reunião entre a COHAB e também estão pedindo a presença do Secretário da SEHAB. Sr. Alcides: Vou pedir para o Nilson, nós podemos encaminhar uma reunião, Nilson, eu peço depois para... Sr. Nilson: Claro Secretário, inclusive eu acho que é necessária uma 60 participação do jurídico, que é um tema bastante complexo e até polêmico, que tem que ter uns pareceres do jurídico, inclusive eu já falei com a Maria Amália agora na parte da manhã, para nós sentarmos com CJ e daí colocar um ponto final nesse caso, que está se arrastando por algum tempo. Nesse meio tempo aqui, a COHAB tem feito ações para ajudar o pessoal do recanto, para obter alvarás, obter coisas, isso está acontecendo. Regularização de empreendimentos junto com o pessoal da assessoria técnica, que na época era Peabiru lá. Então, acho que seria interessante sentarmos juntos e fazer 65 uma conversa definitiva com o parecer, a análise do jurídico referente a essa glosa, que existe um processo judicial da COHAB contra o Recanto por prestação de contas e tem apontamentos no Tribunal de Contas também nesse sentido. Sr. Alcides: Então, respondendo esse ponto, nós já combinamos de marcar o mais tardar para a próxima semana, Nilson. Aí peço para as secretárias nossas. Sra. Fátima: Só uma questão, Júnior, que isso venha se resolver, essa reunião, porque já é

a segunda vez que passa em pauta aqui, eu lembro da outra vez que passou no Conselho, estava o Peixe, falou que ia fazer essa reunião, chamá-los para a reunião, que ia resolver, isso não foi e está voltando novamente. Sr. Nilson: verdade, Fátima, não foi nem o Peixe, foi o Presidente anterior que saiu. Sra. Fátima: Isso, exatamente. Isso mesmo. Então para que não venhamos a repetir as pautas, que seja encaminhado. Sr. Alcides: Fátima, você me conhece há pouco 5 tempo, mas já me conhece um pouco, o encaminhamento da reunião e nós discutirmos a questão, pelo menos da minha parte, tenho certeza que falo pelo Nilson também, não vai faltar empenho não. Achar a solução é fruto desse diálogo nosso e dessa provocação de jurídico e tudo mais. O segundo ponto fala do Forte do Ribeira, veio um questionamento, também é recorrente, o questionamento veio mais no sentido... O Secretário Orlando informou na reunião do Conselho Pleno, em relação ao diálogo que estamos tentando com a Caixa, para tentar otimizar a ocupação dos prédios prontos, a Caixa vem 10 nos exigindo o atendimento da demanda de 100% para poder liberar a assinatura de contrato e, consequentemente, a entrega das chaves. Só estava introduzindo para aqueles que não tiveram contato com o ofício, enfim, não tiveram no Conselho Pleno a oportunidade de ver o retorno, a fala do Orlando, que oficiamos a Caixa, depois num segundo momento Orlando teve uma reunião com o pessoal da Secretaria de Desenvolvimento do Ministério e depois reforçamos o ofício. Além disso, as equipes técnicas tiveram uma série de reuniões, e agora nessa semana que se passou, semana passada, nós 15 tivermos uma sinalização positiva do pessoal da Caixa, autorizando que comecemos a fazer o cronograma de ocupação dos empreendimentos que ainda não têm 100% da demanda fechada. Hoje eu atrasei cinco minutos para entrar na reunião porque estávamos discutindo algum ofício, porque a Caixa ainda exige de nós assumirmos alguns compromissos, mas para o mês que vem, nós estamos em abril, o mês que vem nós já começamos, já fomos autorizados, já estamos fechando... qual foi o entendimento deles, desde que nós fechemos a torre, o empreendimento com três torres, se 20 fecharmos a primeira torre, nós vamos ocupar, e a segunda e assim isso já dá uma certa celeridade nesse pleito de vocês. Temos três empreendimentos que já foram liberados, que já estamos enviando, a Caixa já está analisando os documentos da demanda para autorizar e assinar o contrato ainda em maio, o mais tardar junho, aí dependendo obviamente do trabalho deles lá, tem dez dias para avaliação e tal. O empreendimento que vocês mencionaram no ofício, que é o Forte do Ribeira, é isso? **Sra. Fátima:** Isso. **Sr. Alcides:** Forte do Ribeira, a Caixa selecionou três empreendimentos para iniciar, o Ribeira 25 não está neles, mas está na sequência, logo no próximo, então imagino que junho, julho, nós já estaremos fazendo também o Forte do Ribeira. Independentemente, eu posso passar depois para vocês, pedir para o pessoal aqui do social que está cuidando disso, um cronograma mais real de como nós vamos tocar, de como está sendo tratado isso com a Caixa e qual a previsão do Forte do Ribeira. Mas o Forte do Ribeira está na sequência desses três primeiros empreendimentos que nós vamos já atender, já começar a assinar contrato e entregar as chaves agora no próximo mês em maio. Está bom? Então a 30 resposta é sim, a Caixa nos respondeu, atendeu parcialmente nosso pedido, mas entendemos que com esse atendimento parcial nós conseguimos dar vazão e começar a entregar os empreendimentos que estão parados aí. Se alguém quiser falar alguma coisa desse ponto. Sra. Fátima: Exatamente foi a questão que nós pedimos para o Secretário, inclusive o superintendente da Caixa, foi na questão do Forte do Ribeira, e aí fora isso que enviamos um ofício tanto para o Secretário quanto para o superintendente da Caixa, pedindo também uma reunião, inclusive até coloquei no site, depois uma reunião 35 com o Secretário para acertarmos alguns pontos. O que acontece com o Forte do Ribeira, no início a Caixa colocou que era 70%, depois mudou para 100%, hoje tem mais de 70% das famílias com o dossiê aprovado, ou seja, até quinze dias atrás, tinha 255 famílias para a primeira parte do empreendimento, com todo o dossiê aprovado, ok, que hoje, segundo a assistente social que está no caso, que é a Arlete, até a sexta-feira passa e finaliza, acho que isso chega a praticamente 100%, e isso é uma grande preocupação com as famílias, Secretário, na questão da ocupação do empreendimento. Cada 40 dia que elas veem um empreendimento ocupado, como ontem passou na TV um empreendimento ocupado e esses dias teve uma ameaça de ocupação e a própria Associação, com as famílias, ficaram desesperados, foram bater lá na frente. Conversaram com os seguranças e tudo, os seguranças ficaram meio que em alerta, sabemos que colocaram mais seguranças, mas isso não diz que não vai ser ocupado o empreendimento na hora que essas pessoas de má fé chegam lá. Então queríamos uma reunião para discutir isso, o senhor colocou que ainda é para julho, as famílias já estão desesperadas 45 com esse processo todo. Sr. Alcides: Fátima, eu não tenho a data precisa. Sra. Fátima: O senhor falou previsto para mais ou menos junho ou julho. Sr. Alcides: Eu imagino, mas pode ser até antes, porque eu não tinha essa informação de que já tem uma demanda já bastante avançada, com quase 100%, então eu posso... Sra. Fátima: Quando eles colocaram que era para entregar 70%, já tem 70% aprovados, já está chegando a 100% aprovada da demanda. Essa é a questão. Por isso estamos aflitos, as famílias todas aflitas, porque estão aprovados com dossiê, não podem mudar. E tem 50 alguns processos que eu gostaria de sair aqui com a reunião marcada com a Associação, com os advogados deles, junto com a assistente social nossa, para dialogarmos com vocês, porque não é só chegar, assinar o contrato e entregar a chave. Essas famílias têm que ser preparadas, geralmente fazemos reunião com elas explicando o que realmente tem que fazer e acontecer, elas não vão levar o botijão de gás, que estão achando que vão levar, para o prédio. Os prédios são de doze, treze andares, é gás encanado. Então não dá para falar que vai entregar a chave amanhã para essas famílias, claro que nós 55 queremos, sem dialogar com elas qual o procedimento que elas têm que fazer. Isso é uma preocupação nossa. Essas famílias tem que ser trabalhadas já, mesmo que não for trabalhada pela secretaria agora, mas nós enquanto liderança precisamos informar para as famílias que vão ter que adaptar o botijão de gás dela, que elas já têm que ir com o processo andado para quando chegar o dia não poder mudar porque não tem um fogão adequado para colocar dentro do empreendimento. O senhor entendeu? Então por isso nós vínhamos pedindo já isso há algum tempo, mandamos um ofício 60 no dia 24, já faz um mês, não obtivemos resposta. Sr. Alcides: Você pediu reunião comigo? Sra. Fátima: Dia 24 do mês passado. Enviei, falei com a Andreia, Andreia pediu a pauta, eu mandei a pauta falando pelo e-mail, ontem liguei de novo. Ontem liguei novamente, então assim, nós queremos dialogar, conversar para que isso encaminhe. Sr. Alcides: Deixa-me só entender. Você pediu uma reunião com o Orlando ou comigo? Sra. Fátima: Com o Secretário e o Superintendente da Caixa. Aí o Superintendente entrou em contato, falou que era para resolver com a Secretaria, com a SEHAB, eu sabia que 65 o Orlando deu a resposta que estava esperando essa resposta da Caixa, para a entrega do empreendimento, certo? Mas nós queríamos dialogar com outras coisas, que não condiz falar aqui agora, que é isso que eu estou colocando, mas dialogar para entrarmos em um consenso e que as famílias entrem preparadas nesse empreendimento. Sr. Alcides: Fátima, eu não posso falar pelo superintendente, mas posso falar pela Secretaria. Eu vou pedir para as meninas já marcarem com você

também para a próxima semana, nós falamos, dialogamos, eu tento trazer um cronograma um pouco mais factível para vocês terem essa noção e poderem dialogar com as famílias, você tem razão do ponto de vista desse preparo das pessoas, das famílias para entrar no empreendimento. Então, eu não vejo problema nenhum nós fazermos a reunião, saindo daqui pode mandar, eu já vou falar com a Andreia aqui, eu já vou pedir para ela entrar em contato com você para marcarmos. E 5 aí eu coloco o pessoal nosso que está em contato com a Caixa para também essas demandas que vocês têm que talvez podemos fazer a ponte com a Caixa, o diálogo com a Caixa, o nosso pessoal depois dá a devolutiva para vocês. Nós levantamos a demanda aqui nessa reunião e falamos com a Caixa e dá a devolutiva para vocês, não tem problema nenhum. Sr. Alcides: É que a agenda do Secretário, ainda mais quando tinha essa questão junto com o superintendente da Caixa, pode ser aí que enroscou, mas não tem problema nenhum. Aliás, eu vou aproveitar, inclusive já levar o terceiro ponto aqui 10 que foi solicitado. Eu vi que o terceiro ponto está se referindo à questão de um auxílio aluguel. Sra. Ana Maria: Quilombo dos Palmares. Sr. Alcides: Auxílio aluguel de uma família, pelo que está escrito aqui. Esses casos assim, sinceramente, podem mandar um e-mail aqui. O melhor modelo é o e-mail, a Esther que está aí está acostumada já, não é Esther? Pode falar. Manda o e-mail que as meninas diariamente despacham comigo, elas recebem aqui e já despacham comigo e eu sempre dou o feedback, dou o retorno, ou peço para alguém dar o retorno, porque essa é uma questão que nós 15 podemos dar a devolutiva no outro dia, não precisa esperar a reunião do Conselho para darmos um retorno desse, até porque se isso foi um erro da SEHAB na avaliação em qualquer procedimento administrativo que cortou o benefício, nós rapidamente corremos atrás para sanar, ou ao menos dar um retorno. Então, não precisa esperar a reunião, manda o questionamento mesmo em si, o nome da pessoa, que é o que vou pedir para vocês agora tratando desse terceiro ponto. Isso serve também, eu sei que você já tinha feito essa solicitação, Fatima, mas como estamos em reunião quase toda 20 semana, você ainda mais por causa do grupo, essas coisas você trata de uma forma mais intimista assim, até para dar mais celeridade e você não ficar com essa sensação de que não estamos dando retorno. Então já tratei do terceiro ponto aqui, mas enfim, abro a palavra para quem quiser se manifestar. O terceiro ponto vou pedir só para me mandar o nome do beneficiário e o CPF pra que possamos identificar, porque pelo ofício aqui não conseguimos. Sra. Esther: Tenho uma dúvida em relação a esse Forte do Ribeira. Fica em São Mateus? Forte do Ribeira com Forte do Rio Branco? Sra. 25 Fátima: Isso. Sra. Esther: Essa construção era feita em demanda fechada, construtora direto, ou era com associação? Sra. Fátima: Não, era com construtora direto do SEHAB. Sra. Esther: Sim, é porque se não me falha a memória, a Fátima pode me ajudar nessa situação, passou pelo Conselho várias vezes o pessoal que tinha sido removido ali daquela região, região de São Mateus aí perto, que foram até nas nossas reuniões da plenária pedindo oportunidade porque tinham sumido com os dados dessas famílias dentro do próprio sistema, desapareceram as famílias. E agora estou entendendo 30 que está tendo uma fala de Associações, de entidades, que também é justo, de colocar, porque já tem famílias que fizeram o processo da Caixa, não é isso? Já estão aí com os dossiês aprovados e estão pleiteando essas unidades, está sendo feito esse processo através das entidades, é isso? Sra. Fátima: Não, Esther. As mesmas famílias do Quaresma Delgado, lembra que passou várias vezes no Conselho? Sra. Esther: Sim. Sra. Fátima: São essas famílias. Nós falamos associação porque eles têm uma associação montada, aí eles foram atendidos, a Caixa desvinculou da demanda fechada para atender essas 35 famílias, através da Secretaria, eles estão sendo atendidos agora, porém o empreendimento está pronto, eles estão sendo chamados, o dossiê está sendo todo feito, só que a princípio eles iam mudar com 70%, depois a Caixa mudou, disse que era para 100%, aí o Secretário dialogou e tudo, agora estamos dialogando para que eles consigam mudar, porque já tem mais de 70%, praticamente 100% e eles estão aflitos porque desde aqueles anos passados, eles estão vendo o empreendimento pronto, lindo, maravilhoso e com medo de haver ocupação, porque o risco é imenso e cada dia estamos 40 vendo situações. Eles estão com muito medo de ter ocupação no empreendimento. Sra. Esther: Até porque a Fatima está falando e eu estava entendendo que é demanda de outra região, porque a Fatima é de outra região, não da Leste, e que estaria vindo, migrando para morar e eu lembrei das famílias, então são as mesmas famílias que estão indo para lá? Sra. Fátima: São as mesmas famílias da Leste, elas moravam ali no São Rafael e foram removidas, todas elas são de auxílio aluguel. Sra. Esther: Porque é ótimo nós termos essa devolutiva, porque foi uma coisa que ficou aquele impasse no ano 45 passado e depois não se falou mais nada, na verdade não foi colocado isso às claras, então acho que era uma oportunidade também de se colocar isso, que pelo menos está sendo resolvido de alguma maneira aquela situação também. Sr. Alcides: Mais alguém? Se ninguém tiver mais o que falar, vou só encaminhar aqui esses três últimos pontos. Então a reunião com a COHAB, que vamos marcar eu e o Nilson assumimos o compromisso de marcar até a semana que vem, alinhamos primeiro internamente, já comecamos a questionar os jurídicos e depois já agendamos a reunião. Vou pedir só o auxílio da 50 Ana para depois ver quem participa dessas reuniões, viu, Ana? Se você puder nos ajudar. Reunião para falar do Quaresma Delgado, com nossa equipe aqui de social que está dialogando com a Caixa, eu vou agendar também e também peço depois para a Ana ver quem participa, me ajudar só para ver quem participa, mas já também vou tentar já marcar para a próxima semana, se eles tiverem alguma coisa mais madura aqui já, eu peço para já entrarem em contato e falarem com vocês já essa semana, mas não tem problema, marcamos a reunião, eu participo também de toda forma. Então essas duas 55 reuniões. E com relação ao Quilombo do Palmares, a família que teve o benefício cortado, enfim, ou não pago, vou pedir para que me enviem o nome do beneficiário, CPF, para que possamos consultar e dar o retorno da mesma maneira, vem por e-mail e já retornamos por e-mail e se for necessária reunião ou qualquer tipo de intervenção diferente desse retorno, nós desdobramos depois de fazer essa análise com o pessoal do social. Tudo bem assim? Sra. Fátima: Tudo bem, Secretário. Eu posso enviar esse nome no e-mail para a Ana enviar? Sr. Alcides: Por favor. Sra. Ana Maria: Fátima, 60 inclusive do item 2, porque eu não sei quem é do social, eu não conheço nem as pessoas aqui do social da SEHAB, se você tem a relação. Sr. Alcides: Não, pode passar quem deles participa que aqui eu mobilizo, Ana. Sra. Fátima: Eu só envio quem de nós aqui. Está certo. Sra. Ana Maria: Isso, de vocês. Ok? Sr. Alcides: É só para saber quem de externo participa, tanto da reunião da COHAB quanto da reunião do Quaresma, que aqui internamente tanto eu, quanto o Nilson organizamos a equipe aqui. Nada mais havendo a tratar Senhor Secretário Alcides Fagotti Júnior encerrou a 65

reunião agradecendo a presença de todos.